

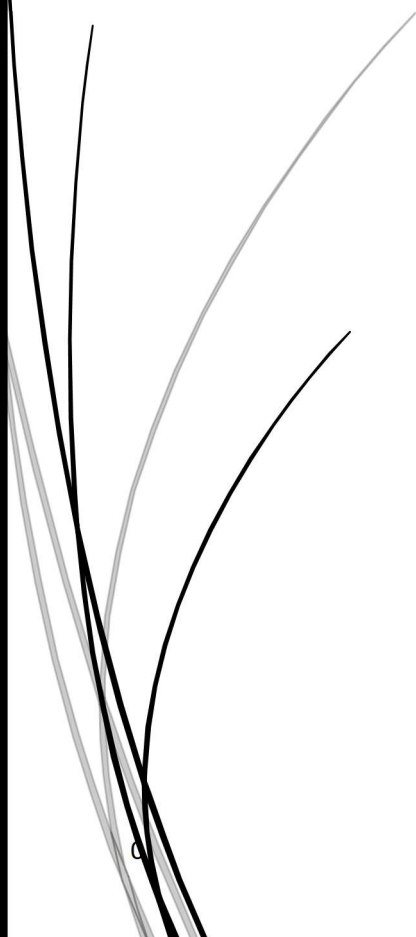


UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício Financeiro de 2021





Ministério da Educação – MEC
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Pro-reitoria de Administração - PROAD
Coordenação Financeira - COFIN
Divisão de Contabilidade – DICON

Demonstrações Contábeis – UNILAB

Exercício Financeiro de 2021

Balanço Patrimonial
Demonstração das Variações Patrimoniais
Balanço Orçamentário
Balanço Financeiro
Demonstração do Fluxo de Caixa
Notas Explicativas

**REDENÇÃO/CE
2021**



Ministério da Educação – MEC
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Pro-reitoria de Administração - PROAD
Coordenação Financeira - COFIN
Divisão de Contabilidade – DICON

Equipe da Coordenação Financeira

Ana Regina Ratts Frazão

Coordenadora Financeira

Anne Danielle Mota Ferraz

Contadora

Rafaela Gomes de Lima

Contadora

Rebeca Natália Salcedo Coutinho

Administradora

Aluizio Marinho Rodrigues Neto

Técnico em Contabilidade

Ana Carolina Félix Agra

Técnica em Contabilidade

Francisco Antunes de Oliveira Junior

Técnico em Contabilidade

Jaderlano de Lima Jadim

Assistente em Administração

Larissa Lima Rodrigues

Assistente em Administração

Sara Ferreira de Souza

Assistente em Administração

Maria Edilene Silva Lima Rodrigues

Assistente de Apoio à Gestão

Rosilene Palhares Nobre Viana

Assistente de Apoio à Gestão

Campus da Liberdade
Av. Abolição, 03, Centro, Redenção – CE
Telefone: (85) 3332.6167
Email: cofin@unilab.edu.br



Sumário

Equipe da Coordenação Financeira	2
Lista de Siglas	4
Declaração do Contador Responsável	5
1. Balanço Patrimonial	6
2. Demonstração das Variações Patrimoniais	9
3. Balanço Orçamentário	11
4. Balanço Financeiro	15
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	16
6. Notas Explicativas	18
6.1. NE 01 – Informações Gerais	18
6.2. NE 02 – Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis	19
6.3. NE 03 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis do BP	21
6.4. NE 04 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis da DVP	33
6.5. NE 05 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis da BO	35
6.6. NE 06 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis do BF	37
6.7. NE 07 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis da DFC	38



Lista de Siglas

BF – Balanço Financeiro
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
CASP – Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
COVID-19 – Coronavírus
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC – Ministério da Educação
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NE – Nota Explicativa
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PL – Patrimônio Líquido
RCPGs – Relatórios Contábeis de Propósito Geral da Entidades do Setor Público
RPNP – Restos a Pagar Não Processados
RPP – Restos a Pagar Processados
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
VPA – Variação Patrimonial Aumentativa
VPD – Variação Patrimonial Diminutiva



Declaração do Contador Responsável

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculada ao Ministério da Educação.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **EXCETO** quanto os assuntos mencionados a seguir:

- ✓ Ausência de avaliação bens móveis, imóveis, intangíveis e outros, conforme exigência da legislação;
- ✓ Não houve reclassificação de Obras em Andamento, mesmo com prédios já sendo utilizados. Foi enviado um processo (507642/2019-30) solicitando justificativas ao setor responsável, mas ainda não obtive resposta;
- ✓ Não implantação do Sistema de Custos, visando subsidiar os gestores na tomada de decisão. Todos os custos foram alocados em “GENÉRICO”, pois ainda não foi implantado um setor responsável para apuração de custos na universidade, conforme solicitação em processo (505694/2019-71).

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Francisco Antunes de Oliveira Junior

CRC nº CE - 024002/O-5



1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Então, com o propósito de atender os novos padrões de contabilidade, baseado no MCASP, adequado às normas internacionais, às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e à Lei 4.320/64, o Balanço Patrimonial atual é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação; e
- d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Quadro 01 – Principal do Balanço Patrimonial

ATIVO					
ESPECIFICAÇÃO	2021	AV%	2020	AH%	ESPECIFICAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	8.727.959,73	6,71%	7.799.009,42	11,91%	PASSIVO CIRCULANTE
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.392.735,59	6,45%	7.542.049,39	11,28%	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Paga
Créditos a Curto Prazo	62.225,40	0,05%	42.020,43	48,08%	Curto Prazo
Demais Créditos e Valores	62.225,40		42.020,43	48,08%	Empréstimos e Financiamentos a Curto
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto
Estoques	272.998,74	0,21%	214.939,60	27,01%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-		-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo
VPDs Pagas Antecipadamente	-		-	-	Provisões a Curto Prazo
					Demais Obrigações a Curto Prazo
ATIVO NÃO CIRCULANTE	121.297.451,26	93,29%	116.645.551,34	3,99%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE
Ativo Realizável a Longo Prazo	-		-		
Investimentos	-		-		
Imobilizado	120.450.844,91	92,64%	115.798.944,99	4,02%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL
Bens Móveis	21.632.710,01	16,64%	21.255.447,44	1,77%	
Bens Móveis	41.668.074,54	32,05%	38.455.991,84	8,35%	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	(20.035.364,53)	-15,41%	(17.200.544,40)	16,48%	ESPECIFICAÇÃO
Acum. de Bens Móveis	-		-		Patrimônio Social e Capital Social
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-		-		
Bens Imóveis	98.818.134,90	76,00%	94.543.497,55	4,52%	Adiantamentos para Futuro Aumento de Ca
Bens Imóveis	98.820.263,85	76,00%	94.543.497,55	4,52%	(AFAC)
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(2.128,95)	-	-	-	Reservas de Capital
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-		-		Ajustes de Avaliação Patrimonial
Intangível	846.606,35	0,65%	846.606,35	0,00%	Reservas de Lucros
Softwares	846.606,35	0,65%	846.606,35	0,00%	Demais Reservas
Softwares	846.606,35	0,65%	846.606,35	0,00%	Resultados Acumulados
(-) Amortização Acumulada de	-		-	-	Resultado do Exercício
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-		-	-	Resultados de Exercícios Anteriores
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-		-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores
Direitos de Uso de Imóveis	-		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria
Diferido	-		-		
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TOTAL DO ATIVO	130.025.410,99	100,00%	124.444.560,76	4,48%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O quadro abaixo foi incluído na estrutura do MCASP, elaborado pela STN, para atender ao artigo 105 da Lei 4.320/64, que confere uma natureza mais orçamentária ao balanço patrimonial, segregando os ativos e passivos em financeiro e permanente. Essa classificação é importante para que se faça a apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, necessário para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte, conforme disposto no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964. Esta apuração é obtida pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Se a diferença for positiva, teremos um superávit; e se for negativa, teremos um déficit.

Quadro 02 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes



ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Ativo Financeiro	8.392.735,59	7.542.049,39	Passivo Financeiro	18.077.900,82	23.869.147,31
Ativo Permanente	121.632.675,40	116.902.511,37	Passivo Permanente	23.671.793,39	11.468.510,76
			SALDO PATRIMONIAL	88.275.716,78	89.106.902,69

O quadro a seguir apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da universidade. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados.

Quadro 03 - Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	10.406.535,79	13.769.750,90	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	34.550.078,25	30.955.584,91
Atos Potenciais Ativos	10.406.535,79	13.769.750,90	Atos Potenciais Passivos	34.550.078,25	30.955.584,91
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.034.238,65	830.160,97	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	9.372.297,14	12.939.589,93	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	34.550.078,25	30.955.584,91
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	10.406.535,79	13.769.750,90	TOTAL	34.550.078,25	30.955.584,91

O próximo quadro apresenta o superávit ou déficit financeiro, segregado por fonte/destinação de recursos, legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Quadro 04 - Superávit/Déficit Financeiro

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVID/ DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(8.122.171,64)
Recursos Vinculados	(1.562.993,59)
Educação	(204.209,45)
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	(1.336.149,51)
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(22.634,63)
TOTAL	(9.685.165,23)

Nesse caso, houve um déficit financeiro de R\$ 9.685.165,23, sendo R\$ 8.122.177,64 oriundos de recursos ordinários e R\$ 1.562.993,59 de recursos vinculados.

O déficit financeiro, obtido pela diferença entre o Ativo Financeiro (R\$ 8.392.735,59) e o Passivo Financeiro (R\$ 18.077.900,82), significa que não há disponibilidades financeiras não comprometidas.



2. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) registra as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, além de indicar o resultado patrimonial do exercício.

Quadro 05 – Demonstração das Variações Patrimoniais



Ministério da Educação – MEC
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Pro-reitoria de Administração - PROAD
Coordenação Financeira - COFIN
Divisão de Contabilidade – DICON

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2021	2020	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	166.746.459,07	149.976.235,25	11,18%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	30.933,85	225.020,23	-86,25%
Venda de Mercadorias	-	-	
Vendas de Produtos	-	-	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	30.933,85	225.020,23	-86,25%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	R\$ 30,00	-
Juros e Encargos de Mora	-	30	-
Transferências e Delegações Recebidas	165.955.193,41	149.393.156,65	11,09%
Transferências Intragovernamentais	165.793.154,61	148.895.307,89	11,35%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	162.038,80	497.848,76	-67,45%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	652.199,81	319.147,73	104,36%
Reavaliação de Ativos	-	-	
Ganhos com Alienação	-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos	84,00	339,92	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	652.115,81	318.807,81	104,55%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	108.132,00	38.880,64	178,11%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	383.098,03	136.861,55	179,92%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	173.927.219,82	151.568.827,06	14,75%
Pessoal e Encargos	114.810.612,03	107.484.564,40	6,82%
Remuneração a Pessoal	93.448.322,83	86.466.939,34	8,07%
Encargos Patronais	16.711.680,83	15.213.400,37	9,85%
Benefícios a Pessoal	4.650.608,37	5.804.224,69	-19,88%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.144.633,85	2.028.003,21	5,75%
Aposentadorias e Reformas	892.824,31	876.941,50	1,81%
Pensões	130.516,16	75.731,76	72,34%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.121.293,38	1.075.329,95	4,27%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18.427.477,44	16.774.074,12	9,86%
Uso de Material de Consumo	876.217,53	479.711,62	82,66%
Serviços	14.714.310,83	13.718.128,60	7,26%
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.836.949,08	2.576.233,90	10,12%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	708,51	5.337,95	-86,73%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	
Juros e Encargos de Mora	708,51	5.333,69	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	4,26	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	9.068.731,89	3.156.382,53	187,31%
Transferências Intragovernamentais	1.883.657,32	2.912.442,88	-35,32%
Transferências Intergovernamentais	7.000.000,00	-	
Transferências a Instituições Privadas	14.655,77	14.645,76	0,07%
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	
Transferências ao Exterior	8.670,00	8.129,56	6,65%
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	161.748,80	221.164,33	-26,86%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	12.882.815,14	6.028.294,87	113,71%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-	
Perdas com Alienação	-	-	
Perdas Involuntárias	-	21,59	0,00%
Incorporação de Passivos	12.882.746,81	5.822.706,91	121,25%
Desincorporação de Ativos	68,33	205.566,37	-99,97%
Tributárias	25.297,55	13.356,12	89,41%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.942,92	10.233,48	143,74%
Contribuições	354,63	3.122,64	-88,64%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	16.566.943,41	16.078.813,86	3,04%
Incentivos	16.566.893,41	16.078.453,86	3,04%
Subvenções Econômicas	-	-	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	50,00	360,00	0,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-7.180.760,75	-1.592.591,81	350,89%

Fonte: SIAFI 2021.

O resultado patrimonial do exercício de 2021, apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, foi deficitária no valor de R\$ 7.180.760,75. Este valor passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício. Não houve variações qualitativas no exercício de 2021.



3. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) demonstra as receitas e as despesas orçamentárias previstas em confronto com as realizadas. Em geral é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O resultado orçamentário é obtido pela diferença entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas executadas (empenhadas), conforme dispõe o artigo 35 da Lei 4.320/64. Podendo ser um superávit (se for positivo) ou déficit (se for negativo).

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP); e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (RPP).

O Orçamento do exercício de 2021 aprovado pela Lei Orçamentária nº 14.144 de 22 de abril de 2021, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2021. Em seu volume V, foi fixado em lei que a UNILAB receberia, como crédito inicial, o montante de R\$ 145,11 milhões. Ao longo do exercício, entretanto, houve aporte orçamentário para a unidade proveniente de créditos suplementares. A UNILAB dispôs, dessa forma, de R\$ 151,494 milhões para executar suas atividades durante o ano de 2021



Quadro 06 – Principal do Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	340.945,00	340.945,00	41.581,14	(299.363,86)
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	59.832,00	59.832,00	9.375,85	(50.456,15)
Exploração do Patrimônio Imobiliário	59.832,00	59.832,00	9.375,85	(50.456,15)
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	281.113,00	281.113,00	21.558,00	(259.555,00)
Serviços Administrativos e Comerciais	281.113,00	281.113,00	21.558,00	(259.555,00)
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	10.647,29	10.647,29
Multas Administrativas, Contratuais e	-	-	10.647,29	10.647,29
RECEITAS DE CAPITAL	77.645.548,00	77.645.548,00	-	(77.645.548,00)
Operações de Crédito	77.645.548,00	77.645.548,00	-	(77.645.548,00)
Operações de Crédito Internas	77.645.548,00	77.645.548,00	-	(77.645.548,00)
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	77.986.493,00	77.986.493,00	41.581,14	(77.944.911,86)
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	77.986.493,00	77.986.493,00	41.581,14	(77.944.911,86)
DEFICIT	-	-	157.632.047,86	157.632.047,86
TOTAL	77.986.493,00	77.986.493,00	157.673.629,00	79.687.136,00
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	6.383.239,00	-	(6.383.239,00)
Supervit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	6.383.239,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	143.087.051,00	147.666.560,00	153.845.891,55	150.669.737,47	141.317.833,88	(6.179.331,55)
Pessoal e Encargos Sociais	105.972.051,00	112.178.240,00	111.247.800,43	111.247.800,43	104.420.115,88	930.439,57
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	37.115.000,00	35.488.320,00	42.598.091,12	39.421.937,04	36.897.718,00	(7.109.771,12)
DESPESAS DE CAPITAL	2.024.015,00	3.827.745,00	3.827.737,45	127.396,90	127.396,90	7,55
Investimentos	2.024.015,00	3.827.745,00	3.827.737,45	127.396,90	127.396,90	7,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	145.111.066,00	151.494.305,00	157.673.629,00	150.797.134,37	141.445.230,78	(6.179.324,00)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	145.111.066,00	151.494.305,00	157.673.629,00	150.797.134,37	141.445.230,78	(6.179.324,00)
TOTAL	145.111.066,00	151.494.305,00	157.673.629,00	150.797.134,37	141.445.230,78	(6.179.324,00)

Fonte: SIAFI 2021.



O Resultado da Execução Orçamentária, apurado no exercício de 2021, foi um déficit de R\$ 157.632.047,86, visto que as Despesas Empenhadas (R\$ 157.673.629,00) foram superiores a Receita Realizada (R\$ 41.581,14). O fato da Receita Realizada ser inferior às Despesas Empenhadas se refere especialmente porque nesse balanço só é registrado as receitas próprias, não estando inclusas as transferências intragovernamentais, bem como as atividades presenciais da universidade estão sendo retomadas de forma gradual, por conta da pandemia COVID-19, o que reflete na arrecadação de taxas, aluguéis de espaços, entre outros.

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar são as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, conforme dispõe o artigo 36 da Lei 4.320/64.

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) são aqueles cujo empenho fora legalmente emitido, mas ainda não houve a fase de liquidação, tendo em vista que o objeto adquirido ainda não foi entregue ou depende ainda de algum fator para sua regular liquidação.

Quadro 07 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.800,00	5.828.771,25	5.615.743,45	5.602.041,43	134.030,06	97.499,76
Pessoal e Encargos Sociais	-	3.720,15	-	-	2.720,15	1.000,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.800,00	5.825.051,10	5.615.743,45	5.602.041,43	131.309,91	96.499,76
DESPESAS DE CAPITAL	1.792.861,56	7.006.954,89	7.361.146,43	6.937.292,96	115.149,53	1.747.373,96
Investimentos	1.792.861,56	7.006.954,89	7.361.146,43	6.937.292,96	115.149,53	1.747.373,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.797.661,56	12.835.726,14	12.976.889,88	12.539.334,39	249.179,59	1.844.873,72

Fonte: SIAFI 2021.

O quadro demonstra a execução dos RPNP no Órgão: 26442 por categoria econômica e grupo de despesas.

Constata-se que foram executados/liquidados até o período, 96,27% do total de Despesas Correntes inscritas e 83,65% das Despesas de Capital, restando um saldo de R\$ 1.844.873,72.

Os Restos a Pagar Processados (RPP) são aqueles cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez já forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra, e a despesa foi considerada liquidada, estando apta ao pagamento. Processou-se a fase da liquidação da despesa, restando apenas a entrega dos recursos através do pagamento.



Quadro 08 - Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	21.630,07	7.388.096,41	7.388.096,41	17.818,96	3.811,11
Pessoal e Encargos Sociais	-	6.103.026,75	6.103.026,75	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	21.630,07	1.285.069,66	1.285.069,66	17.818,96	3.811,11
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.824.370,31	1.824.370,31	-	-
Investimentos	-	1.824.370,31	1.824.370,31	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	21.630,07	9.212.466,72	9.212.466,72	17.818,96	3.811,11

Fonte: SIAFI 2021.

Verificamos que a maioria dos restos a pagar inscritos ao final do exercício de 2020 foram totalmente pagos, restando apenas um saldo de R\$ 3.811,11.

O saldo apresentado nos quadros acima refere-se, em grande parte, a investimentos em obras em andamento nos diversos campi desta Universidade e a despesas de contratos continuados de serviços terceirizados aguardando a emissão de documentos fiscais para liquidação e posterior pagamento.



4. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) é a demonstração que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício.

Esse demonstrativo é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

A variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento, bem como uma variação positiva não significa, necessariamente, um bom desempenho da gestão financeira. A análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando outros fatores e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

Observa-se que na coluna dos Ingressos, as “Transferências Financeiras Recebidas” são as entradas de recursos financeiros repassados pelo Tesouro Nacional, para pagamento de despesas da Universidade. Ressalta-se que o resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Quadro 09 - Balanço Financeiro

INGRESSOS				DISPÊNDIOS					
ESPECIFICAÇÃO	2021	AV%	2020	AH%	ESPECIFICAÇÃO	2021	AV%	2020	AH%
Receitas Orçamentárias	41.581,14	0,02%	238.939,01	-82,60%	Despesas Orçamentárias	157.673.629,00	83,07%	152.571.843,64	3,34%
Ordinárias	-	-	-	-	Ordinárias	147.767.390,66	77,86%	127.395.676,15	15,99%
Vinculadas	44.121,14	0,02%	239.993,69	-81,62%	Vinculadas	9.906.238,34	5,22%	25.176.167,49	-60,65%
Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-	Educação	7.000.000,00	-	2.510.628,12	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	44.121,14	-	239.993,69	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.943.995,00	1,02%	718.000,00	170,75%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.540,00	0,00%	-1.054,68	0,00%	Previdência Social (RPPS)	-	-	599.133,70	-
					Dívida Pública	-	-	20.110.376,68	-
					Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	962.242,74	-	1.238.028,99	-
Transferências Financeiras Recebidas	165.793.154,61	87,35%	148.895.307,89	11,35%	Transferências Financeiras Concedidas	1.883.657,32	0,99%	2.912.442,88	-35,32%
Resultantes da Execução Orçamentária	150.508.986,03	79,30%	138.176.617,39	8,93%	Resultantes da Execução Orçamentária	1.069.516,68	0,56%	1.078.778,40	-0,86%
Repasse Recebido	149.439.469,35	78,74%	137.097.838,99	9,00%	Sub-repasse Concedido	1.069.516,68	0,56%	1.078.778,40	-0,86%
Sub-repasse Recebido	1.069.516,68	0,56%	1.078.778,40	-0,86%	Independentes da Execução Orçamentária	814.140,64	0,43%	1.833.664,48	-55,60%
Independentes da Execução Orçamentária	15.284.168,58	8,05%	10.718.690,50	42,59%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	714.130,93	0,38%	1.808.672,62	-60,52%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	14.279.478,70	7,52%	9.946.188,39	43,57%	Demais Transferências Concedidas	-	-	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.004.689,88	0,53%	772.502,11	30,06%	Movimento de Saldos Patrimoniais	100.009,71	0,05%	24.991,86	300,17%
Aporte ao RPPS	-	-	-	-	Aporte ao RPPS	-	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-	Aporte ao RGPS	-	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	16.421.265,93	8,65%	22.029.306,50	-25,46%	Pagamentos Extraorçamentários	21.848.029,16	11,51%	16.484.475,04	32,54%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	9.351.903,59	4,93%	9.036.139,67	3,49%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9.212.466,72	4,85%	6.750.094,08	36,48%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.876.494,63	3,62%	12.835.726,14	-46,43%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.539.334,39	6,61%	9.597.984,05	30,65%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.383,00	0,05%	132.448,83	-27,99%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	96.228,05	0,05%	136.396,91	-29,45%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	97.484,71	0,05%	24.991,86	290,07%	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	7.542.049,39	3,97%	8.347.257,55	-9,65%	Saldo para o Exercício Seguinte	8.392.735,59	4,42%	7.542.049,39	11,28%
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.542.049,39	3,97%	8.392.735,59	-10,14%	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.392.735,59	4,42%	7.542.049,39	11,28%
TOTAL	R\$ 189.798.051,07	100,00%	179.510.810,95	5,73%	TOTAL	189.798.051,07	100,00%	179.510.810,95	5,73%

Fonte: SIAFI 2021.

5. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e as saídas de caixa, classificando-as em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, permitindo a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A DFC identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A DFC tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Essa demonstração permite aos seus usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Ressalta-se que a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.



A DFC é composta por:

- Quadro Principal
- Quadro de Receitas Derivadas e Originárias
- Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função
- Quadro de Juros e Encargos da Dívida

Entretanto o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) disponibiliza apenas um quadro contendo todas as informações.

Quadro 10 – Principal da Demonstração do Fluxo de Caixa

	2021	2020	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.739.746,37	5.859.393,94	66,22%
INGRESSOS	166.027.603,46	149.291.687,59	11,21%
Receita Tributária	-	-	
Receita de Contribuições	-	-	
Receita Patrimonial	9.375,85	29.005,69	-67,68%
Receita Agropecuária	-	-	
Receita Industrial	-	-	
Receita de Serviços	21.558,00	196.014,54	-89,00%
Remuneração das Disponibilidades	-	-	
Outras Receitas Derivadas e Originárias	10.647,29	13.918,78	-23,50%
Outros Ingressos Operacionais	165.986.022,32	149.052.748,58	11,36%
Ingressos Extraorçamentários	95.383,00	132.448,83	-27,99%
Transferências Financeiras Recebidas	165.793.154,61	148.895.307,89	11,35%
Arrecadação de Outra Unidade	97.484,71	24.991,86	290,07%
DESEMBOLSOS	-156.287.857,09	-143.432.293,65	8,96%
Pessoal e Demais Despesas	-138.889.621,75	-126.328.401,22	9,94%
Previdência Social	-965.507,31	-945.244,13	2,14%
Saúde	-	-	
Trabalho	-	-	
Educação	-137.661.636,74	-125.383.157,09	9,79%
Cultura	-	-	
Direitos da Cidadania	-56000,00	-	
Organização Agrária	-206.477,70	-	
Outros Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-15.418.349,97	-14.055.052,64	9,70%
Intragovernamentais	-19123755,91	-16255474,82	17,65%
Outras Transferências Concedidas	-23.325,77	-22.775,32	2,42%
Outros Desembolsos Operacionais	-1.979.885,37	-3.048.839,79	-35,06%
Dispêndios Extraorçamentários	-96.228,05	-136.396,91	-29,45%
Transferências Financeiras Concedidas	-1.883.657,32	-2.912.442,88	-35,32%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.889.060,17	-6.664.602,10	33,38%
INGRESSOS	-	-	
DESEMBOLSOS	-8.889.060,17	-6.664.602,10	33,38%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.889.060,17	-6.518.211,18	36,37%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-12.000,00	-138.264,80	-91,32%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	
INGRESSOS	-	-	
DESEMBOLSOS	-	-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	850.686,20	-805.208,16	-205,65%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.542.049,39	8.347.257,55	-9,65%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.392.735,59	7.542.049,39	11,28%



Fonte: SIAFI 2021.

Da análise do quadro acima, foi gerado um líquido de caixa de R\$ 9.739.746,37 nas atividades operacionais e consumido um líquido de caixa de R\$ (8.889.060,17) nas atividades de investimentos, resultando uma geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no quarto trimestre de 2021, num total de R\$ 850.686,20.

6. Notas Explicativas

6.1.NE 01 – Informações Gerais

(a) Natureza jurídica da entidade

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma autarquia federal, criada pela Lei 12.289/2010, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, em conformidade com a Constituição Federal.

A UNILAB está vinculada ao MEC sob o Órgão nº 26442 e Unidades Gestoras Executoras nº 158565 e 158634. Está inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 12.397.930/0001-00. Possui ainda uma segunda inscrição no CNPJ, referente ao campus em São Francisco do Conde/BA, sob o nº 12.397.930/0002-90.

(b) Moeda funcional

A unidade de moeda em que os demonstrativos são apresentados é o Real (R\$), tendo sido suprimidos os centavos.

(c) Domicílio da entidade

A UNILAB possui sede na cidade de Redenção, no Estado do Ceará e realiza suas atividades nas seguintes unidades:

- **Campus da Liberdade:** Av.Abolição, 03, Centro, Redenção/CE
- **Campus dos Palmares:** Rodovia CE 060, Km 51, Acarape/CE
- **Campus das Auroras:** Rua José Franco de Oliveira, S/N, Redenção/CE
- **Campus dos Malês:** Av. Juvenal Eugênio Queiroz, S/N, São Francisco do Conde/BA



(d) Natureza das operações e principais atividades da entidade

A UNILAB, universidade federal pública brasileira, tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

(e) Criação, extinção, liquidação ou incorporação de unidades

No âmbito da UNILAB, não houve, em 2021, nenhuma criação, extinção, liquidação ou incorporação de unidades. A Unidade Gestora 158634 (UNILAB/Campus dos Malês) foi criada em 2016.

6.2. NE 02 – Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis

As demonstrações contábeis da UNILAB foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), na 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), considerando também o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o quarto trimestre de 2021. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio da UNILAB, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI e a composição e estruturas estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;



- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

(a) Conformidade Contábil

A conformidade contábil é realizada pela Setorial de Contabilidade de UG (158565 e 158634) e de órgão (26442), nos termos Decreto 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e do Manual SIAFI, macrofunção 02.03.15, que trata da Conformidade Contábil.

O registro mensal é efetuado por contabilista devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em dia com suas obrigações profissionais, lotado em unidade gestora setorial contábil e credenciado no SIAFI para este fim. A segregação de funções é observada no processo de registro, em atendimento à Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno nº. 01, de 06 de abril de 2001.

(b) Apuração do Resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), é possível a apuração dos seguintes resultados:

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

O **resultado patrimonial do exercício foi deficitário** no montante de **R\$ 7.180.760,75**, e é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e transferido para o Balanço Patrimonial (BP).

Resultado Orçamentário

A apuração do resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, conforme art.35 da Lei nº 4.320/64.

O **resultado orçamentário deficitário de R\$ 157.632.047,86** é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário (BO).

Resultado Financeiro



O resultado financeiro do exercício representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

O **resultado financeiro do exercício**, foi posito no valor de **R\$ 850.686,20**, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o Balanço Financeiro (BF) do exercício seguinte.

6.3. NE 03 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis do BP

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração e apresentação do Balanço Patrimonial da UNILAB, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

(a) Disponibilidades

O item Disponibilidade da UNILAB compreende basicamente o somatório dos valores disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, na conta única do tesouro¹, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade.

As Disponibilidades são avaliadas e mensuradas pelo valor original, conforme estabelecido no item 3.2.1 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP.

O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentados contempla os valores em caixa para os quais não haja restrição de uso imediato, sendo eles: “Limite de Saque com Vinculação de Pagto – OFSS” e “Limite de Saque com Vinculação de Pagto – Ordem de Pagamento- OFSS”.

A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagto. – OFSS” refere-se ao valor disponível ao qual a Unilab têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Bacen para atender as despesas com vinculação de pagamento.

A conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagto. – Ordem de Pagamento- OFSS”, refere-se ao valor do limite de saque da Conta Única aguardando a autorização do pagamento e posterior emissão de ordem bancária. O saldo R\$ 8.392.735,59, trata-se do valor da folha de pagamento de 31/12/2021, porém com geração das ordens bancárias somente em 01/01/2022.

¹ A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes.



A Unilab não possui Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda estrangeira, sendo assim, o total apresentado na tabela acima refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional.

(b) Demais créditos a curto prazo

O grupo 'Demais créditos a curto prazo' registra os valores a receber por adiantamento da folha de pagamento, adiantamento de férias e demais créditos oriundos de outras transações, como 'Créditos a receber por cessão de pessoal'.

Quadro 11 – Detalhamento dos créditos a curto prazo

Créditos a Curto Prazo	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	50.199,59	41.648,50	20,53%	80,67%
Crédito a receber por Cessão de Pessoal	12.025,81	371,93	3133,35%	19,33%
Total	62.225,40	42.020,43	48,08%	100,00%

Os direitos, títulos de créditos da Universidade são avaliados e mensurados, conforme estabelecido no item 3.2.2 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP, pelo seu valor original.

(c) Estoques

De acordo com o MCASP, item 4.2.1, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor do custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os estoques da UNILAB, nas entradas, são avaliados com base no custo histórico, que é o valor da aquisição. Nas saídas, os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado.

O único montante referente a Estoques nesta Universidade está concentrado na conta de 11561.01.00, referente a Material de Consumo, no valor de R\$ 272.998,74, entre eles material de expediente, material de copa, cozinha, material para enfrentamento da pandemia, entre outros, onde sofreu uma variação positiva de 27,00% visto que as compras foram superiores ao consumo.

(d) Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. De acordo com o MCASP, item 5.3 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais), um item do ativo imobilizado deve ser mensurado no reconhecimento pelo seu custo. Os imobilizados da UNILAB são avaliados com base no valor do custo.



Os elementos do **custo** de um ativo imobilizado compreende:

- I. Seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- II. Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;

São **exemplos de custos** diretamente atribuíveis:

- I. Custos de pessoal decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- II. Custos de preparação do local;
- III. Custos de frete e manuseio (para recebimento e instalação); e
- IV. Honorários profissionais. Por outro lado, não se considera o custo de um item do ativo imobilizado as despesas administrativas e outros gastos indiretos.

Por outro lado, não se considera o custo de um item do ativo imobilizado as despesas administrativas e outros gastos indiretos.

Após o reconhecimento inicial, a entidade detentora pode optar pelo modelo de custo, no qual o ativo é evidenciado pelo custo e fica sujeito à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável; ou o modelo de reavaliação, no qual o ativo, cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente, deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação, ficando sujeito à depreciação, amortização ou exaustão, como também à redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes. Porém, não houve essa valoração até o quarto trimestre de 2021, optando assim pelo modelo de custo, sem cálculo da redução ao valor recuperável.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No quarto trimestre de 2021, o montante referente à imobilizado nessa Universidade está acumulando o valor de R\$ 120.450.844,91. No quadro a seguir, é apresentada a composição do grupo imobilizado, para os períodos do quarto trimestre de 2021 em comparação com o último trimestre de 2020.

Quadro 12 – Composição do Imobilizado



	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Bens Móveis	21.632.710,01	21.255.447,44	1,77%
(+) Valor Bruto contábil	41.668.074,54	38.455.991,84	8,35%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	-20.035.364,53	-17.200.544,40	16,48%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00%
Bens Imóveis	98.818.134,90	94.543.497,55	4,52%
(+) Valor Bruto contábil	98.820.263,85	94.543.497,55	4,52%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum.	-2.128,95	0,00	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00%
Total	120.450.844,91	115.798.944,99	4,02%

A variação mais significativa pode ser observada nos bens imóveis, com 4,52% de acréscimo, podendo ser explicada pelo aumento, principalmente, das instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros, mas também é importante salientar o acréscimo de 8,35% nos bens móveis, oriundos principalmente de Máquinas, Aparelhos, equipamentos, Ferramentas e Bens de Informática.

BENS MÓVEIS

Os bens móveis do órgão 26442, em 31/12/2021, totalizavam R\$ 21.632.710,01 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhamento abaixo.

Quadro 13 – Composição de Bens Móveis

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	13.574.716,49	12.660.284,27	7,22%	32,58%
Bens de Informática	8.870.855,40	7.623.681,00	16,36%	21,29%
Móveis e Utensílios	7.579.529,89	6.543.711,47	15,83%	18,19%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.803.973,07	3.789.315,41	0,39%	9,13%
Veículos	7.748.649,69	7.748.649,69	0,00%	18,60%
Demais Bens Móveis	90.350,00	90.350,00	0,00%	0,22%
Depreciação / Amortização Acumulada	-20.035.364,53	-17.200.544,40	16,48%	-92,62%
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total	21.632.710,01	21.255.447,44	1,77%	100,00%

Quanto aos bens móveis registrados no órgão, observa-se que 32,58% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto por R\$ 13.574.716,49; 21,29% referem-se a Bens de informática, totalizando R\$ 8.870.855,40; restando aos demais itens do demonstrativo 46,13% do total.

A variação positiva em todas as contas contábeis (Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática, Móveis e Utensílios, Material Cultural, Educacional e de Comunicação e demais bens móveis) pode ser explicada pela aquisição de bens permanentes.



A doação realizada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), registrada em outubro de 2016 no SIAFI no total de R\$ 2.207.798, se refere ao processo 23067.001998/2011-51 que lista os bens que foram enviados à UNILAB quando a UFC ainda era sua tutora. Porém, essa lista de bens não foi conferida até o momento pelo setor de patrimônio e, consequentemente, não foi dada a entrada desses bens no SIPAC, sistema responsável pelo controle patrimonial da UNILAB, nem está sendo realizada a depreciação sobre esses bens.

BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis da UNILAB, em 31/12/2021, totalizavam R\$ 98.818.134,90 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro 14 – Composição de Bens Imóveis

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	420.000,00	420.000,00	0,00%	0,43%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	0,00%	0,00%
Bens Dominicais	-	-	0,00%	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	92.300.000,84	91.017.387,19	1,41%	93,40%
Instalações	5.820.804,92	2.912.125,85	99,88%	5,89%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	279.458,09	193.984,51	44,06%	0,28%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 2.128,95	-	0,00%	0,00%
Total	98.818.134,90	94.543.497,55	4,52%	100,00%

De acordo com a tabela anterior, os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 93,40% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26442, perfazendo o montante de R\$ 92.300.000,84 no quarto trimestre de 2021.

Vale salientar que parte dos bens imóveis em andamento já foram concluídos e já estão sendo utilizados para área administrativa e salas de aula, porém não houve a baixa deste grupo e contabilização no SPIUNET para início de depreciação.

O valor que compõe as instalações, no montante de R\$ 5.820.804,92, deve ser analisado no momento em que as obras em andamento forem registradas no SPIUNET para saber se faz parte do imóvel registrado.

Ressalta-se que o único bem imóvel cadastrado no SPIUNET é a Fazenda Experimental Piroás (FEP) no valor de R\$ 420.000,00, que não está gerando depreciação, pois está classificada como terreno.



Na tabela abaixo serão detalhados os bens de uso especial registrados na Universidade:

Quadro 15 – Composição de Bens de Uso Especial

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	420.000	420.000	0,00%
Total	420.000	420.000	0,00%

(e) Intangível

De acordo com a 8ª edição do MCASP, item 6.6, os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo, que é o valor de aquisição ou de produção.

Após o seu reconhecimento inicial, o órgão ou entidade deve escolher reconhecer um ativo intangível pelo modelo de custo, podendo abater a amortização e a eventual perda por redução ao valor recuperável acumulado, ou pelo modelo de reavaliação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, porém a avaliação de vida útil indefinida não está sendo revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.

Com isso, esclarecemos que não houve amortização já que todos os bens intangíveis da UNILAB são de vida útil indefinida. O montante referente a Intangível nesta Universidade está concentrado na conta sintética 1.2.4.0.0.00.00 acumulando o valor de R\$ 846.606,35.

No quarto trimestre de 2021, o Órgão 26442 (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) apresentou um saldo de R\$ 846.606,35 relacionados a intangível.



Quadro 16 – Composição do Intangível

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	0%
Software com Vida Útil Indefinida	846.606,35	846.606,35	100%
Marcas, Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	0%
Marcas, Direitos e Patentes - Vida Útil Indefinida	-	-	0%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	0%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	0%
Amortização Acumulada	-	-	0%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	0%
Total	846.606,35	846.606,35	

No intangível, destaca-se o item Software com vida útil indefinida, que representa 100% do grupo, o que acarreta em desnecessidade de registro de amortização. Salientando que não houve adições e baixas no intangível ao longo do exercício de 2021.

(f) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperado, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

i. Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Porém, não houve nenhuma reavaliação na universidade até o encerramento do exercício de 2021.



ii. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O órgão UNILAB não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo em 31/12/2021.

i. Depreciação de bens móveis

A divisão de patrimônio tem efetuado o cálculo da depreciação com base nos procedimentos estabelecidos pelo item 6.3 da macrofunção 02.03.30, o qual estabelece um quadro de vida útil para os bens móveis sujeitos à depreciação, juntamente com o percentual aplicável a cada bem para se efetuar o cálculo, além de estabelecer o método das quotas constantes (item 7.2) para utilização por todos os órgãos, como forma de padronização de procedimentos nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta por permitir a geração de dados comparáveis e consistentes que facilitam a análise e tomada de decisões.

Segue abaixo as contas utilizadas pela Universidade com a devida vida útil, como também com seu valor residual:

Quadro 17 – Vida útil e Valor residual de Bens Móveis

Conta	Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
12.311.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	10%
12.311.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	10	20%
12.311.01.03	Equipamentos/utensílios médicos, odonto, lab e hosp	15	20%
12.311.01.04	Aparelhos e equip. para esportes e diversões	10	10%
12.311.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	10	10%
12.311.01.06	Máquinas e equipam. de natureza industrial	20	10%
12.311.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10%
12.311.01.20	Máquinas e utensílios agropecuário/rodoviário	10	10%
12.311.01.21	Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	10	10%
12.311.01.25	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	10	10%
12.311.01.99	Outros materiais permanentes	10	10%
12.311.02.01	Equipamentos de processamentos de dados	5	10%
12.311.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10%
12.311.03.02	Máquinas, instalações e utens. de escritório	10	10%
12.311.03.03	Mobiliário em geral	10	10%
12.311.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	10	0%
12.311.04.05	Equipamentos para audio, video e foto	10	10%
12.311.05.03	Veículos de tração mecânica	15	10%
12.311.99.09	Peças não incorporáveis a imóveis	10	10%

Vale salientar que todos os veículos, sejam carros ou ônibus, estão classificados na Conta 1.2.3.1.1.05.03 Veículos de Tração Mecânica.



O cálculo da depreciação dos bens móveis da UNILAB está sendo efetuado pelo sistema informatizado do SIPAC conforme parametrizações realizadas de vida útil e valor residual. O relatório de depreciação, extraído do sistema, é enviado todo início do mês ao setor de contabilidade para registro contábil e conciliação.

Vale salientar que os bens móveis doados pela UFC não estão sendo depreciados, visto que ainda não estão registrados no sistema de controle patrimonial da UNILAB: SIPAC.

Por fim, importa esclarecer que a depreciação dos livros da biblioteca, da conta 12.311.04.02, é calculada pelo sistema informatizado PERGAMUM.

ii. Depreciação de bens imóveis

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Porém, não foi realizada até o encerramento do exercício de 2021 a depreciação de bens imóveis, visto que estes bens não estão plenamente registrados e controlados em sistema informatizado para registro e gestão de bens imóveis. A Coordenação de Infraestrutura e Desenvolvimento está realizando levantamento de todos os bens imóveis que a Universidade detém para registro no SPIUNET, e, conseqüentemente, o cálculo da depreciação.

iii. Amortização

A amortização que está sendo realizada é sobre as benfeitorias em imóveis de terceiros. Não há amortização sobre os bens intangíveis, visto que a vida útil de todos os bens intangíveis é indefinida, o que desobriga de amortizar.

iv. Exaustão

O cálculo não se aplica à Universidade.

(g) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A conta de dívidas registra os valores a pagar por créditos tributários, alienações, por fornecimento de bens, serviços e demais créditos oriundos de outras transações. As obrigações da Universidade são avaliadas e mensuradas, conforme estabelecido no item 3.2.2 da Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP, pelo seu valor original.



Até o encerramento do exercício de 2021, o Órgão 26442 (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.037.171,91 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, todos referentes a obrigações nacionais e de curto prazo.

A seguir, apresenta-se o quadro com data base em 31/12/2021, comparando com o o encerramento do exercício de 2020. Este quadro segrega essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Quadro 18 – Composição de Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
CIRCULANTE	1.037.171,91	1.889.724,00	-45,12%
NACIONAIS (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)	1.037.172	1.889.724	-45,12%
ESTRANGEIROS	-	-	0,00%
NÃO CIRCULANTE	-	-	0,00%
NACIONAIS (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)	-	-	0,00%
ESTRANGEIROS	-	-	0,00%
Tota	1.037.171,91	1.889.724,00	-45,12%

Pode-se observar que, em 31/12/2021, a conta de fornecedores teve uma redução de - 45,12%, se comparada com o encerramento do exercício de 2020.

A Unidade Gestora 158565 (Unilab/Campi no Ceará) é responsável por 85,07% e a Unidade Gestora 158634 (Unilab/Campus dos Malês) é responsável 14,93%.

O quadro apresentado a seguir relaciona cinco fornecedores com os valores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021, relativos ao órgão 26442 (Unilab). Dentre esses fornecedores, o montante mais expressivo está registrado no fornecedor Protemaxi segurança patrimonial que representa 26,34% do valor total.

Os fornecedores A, B, C e D representam cerca de 75,37% do total a ser pago:

Quadro 19 - Fornecedores com valores mais significativos

	31/12/2021	AV (%)
FORNEC. A - 04.808.914/0001-34 - PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIALARMADA EIRELI	273.141,41	26,34%
FORNEC. B - 26.103.144/0001-67 - S F CORREIA ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOLAR	218.464,97	21,06%
FORNEC. C - 07.605.251/0001-49 - PORTTO ENGENHARIA E PROJETOS LTDA	210.188,50	20,27%
FORNEC. D - 02.425.466/0001-64 - JAVE YIRE SERVIÇOS LTDA	79.966,41	7,71%
DEMAIS FORNECEDORES	255.410,62	24,63%
Total	1.037.171,91	100,00%



A seguir é apresentado um resumo das transações desses fornecedores:

- i. **Fornecedor A: 04.808.914/0001-34 – PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL** refere-se ao serviço de vigilância patrimonial armada diurna e noturna, com contrato vigente até 17/03/2022. O saldo em aberto (R\$ 273.141,41) refere-se à nota fiscal nº 11909 certificada em dezembro/2021. O contrato nº 06/2020 foi decorrente do pregão 25/2019.
- ii. **Fornecedor B: 26.103.144/0001-87 – S F CORREIA ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOLAR** refere-se a execução e instalação de Sistema de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRIDE. O saldo em aberto (R\$ 218.464,97) refere-se à nota fiscal nº 278, certificada em novembro/2021, o contrato nº 04/2020 foi decorrente do pregão 06/2018.
- iii. **Fornecedor C: 07.605.251/0001-49 – PORTTO ENGENHARIA E PROJETOS LTDA** refere-se a execução de serviços comuns de engenharia, não contínuos, incluindo material e mão de obra, oriunda da Ata de Registro de Preços 33/2020 vigente até 29/12/2021. O saldo em aberto (R\$ 210.188,50) refere-se às notas fiscais nº 46 e 48, certificadas em novembro/2021.
- iv. **Fornecedor D: 02.425.466/0001-64 – JAVÉ YIRE SERVICOS LTDA** refere-se ao serviço de manutenção predial, com contrato vigente até 22/01/2023. O saldo em aberto (R\$ 79.966,41) refere-se às notas fiscais nº 1472 e 1473 certificadas em dezembro/2021, o contrato nº 01/2019 foi decorrente do pregão 21/2017.

Os demais fornecedores representam aproximadamente 24,63% do total a pagar, mas não merecem destaque por ser valores irrisórios, se analisados individualmente.

(h) Patrimônio Líquido

Os valores do PL são basicamente os resultados acumulados, do exercício e de exercícios anteriores.

Quadro 20 – Garantias Recebidas a Executar

Garantias recebidas	31/12/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Seguro-garantia	1.033.420,88	829.378,00	24,60%	99,92%
Caução	817,77	783,00	4,44%	0,08%
Total	1.034.238,65	830.161,00	24,58%	100,00%



(i) Atos Potenciais Passivos

Em 31/12/2021, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) possuía um saldo de R\$ 34.550.078,25 relacionados a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos meses, conforme a vigência de cada contrato.

No quadro a seguir, as obrigações contratuais estão segregadas de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

Quadro 21 – Composição das Obrigações Contratuais

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
ALUGUÉIS	-	-	-
FORNECIMENTO DE BENS	-	-	-
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	-	-
SEGUROS	-	-	-
SERVIÇOS	34.550.078,25	30.955.584,91	11,61%
DEMAIS	-	-	-
Total	34.550.078,25	30.955.584,91	11,61

Como pode ser observado, em 31/12/2021 todas as obrigações contratuais estão registradas em Contratos de Serviços, mesmo sendo fornecimento de bens ou seguros, obtendo um acréscimo de 11,61%, se comparada com o encerramento do exercício de 2020.

Vale salientar que a Unidade Gestora 158565 (Unilab/Campus do Ceará) é responsável por 84,15% do total contratado e a Unidade Gestora 158634 (Unilab/Campus dos Malês) é responsável por 15,85%. Ainda há pouca movimentação na Unidade Gestora 158634 (Unilab/Campus dos Malês), por ser um campus pequeno.

No quadro apresentado a seguir, estão relacionados os 5 (cinco) contratados com os valores mais significativos e o saldo a executar na data base de 31/12/2021.

Quadro 22 - Contratados com valores mais significativos

	31/12/2021	AV (%)
Contratado A: 05.305.430/0001-35 - INTERATIVA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS	4.442.106,18	12,86%
Contratado B: 00.323.090/0001-51 - SOLL - SERVIÇOS OBRAS E LOCAÇÕES LTDA	3.456.847,21	10,01%
Contratado C: 19.688.634/0001-07 - Korp EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES EIRELI	2.810.553,85	8,13%
Contratado D: 09.172.237/0001-24 - D & L SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	2.808.146,41	8,13%
Contratado E: 04.808.914/0001-34 - PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA EIRELI	2.669.361,78	7,73%
Demais Contratos	18.363.062,82	53,15%
Total	34.550.078,25	100,00%



Os contratados A, B, C, D e E representam aproximadamente 46,85% do total a ser executado, conforme descrição abaixo:

- i. **Contratado A: 05.305.430/0001-35 - INTERATIVA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS DE LIMPEZA** – refere-se à prestação de serviço de terceirização de apoio administrativo. O saldo em aberto, no valor de R\$ 5.277.457, é relativo ao contrato 08/2020, decorrente do Pregão 13/2019, vigente até 06/04/2022.
- ii. **Contratado B: 04.808.914/0001-34 - PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA** – Refere-se à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, nos *campi* do Ceará. O saldo em aberto de R\$ 3.528.885 é referente ao contrato 06/2020, decorrente do pregão 25/2019, vigente até 17/03/2022.
- iii. **Contratado C: 09.172.237/0001-24 – D & L SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO** – refere-se à contratação de serviços continuados de motoristas. O saldo em aberto de R\$ 2.990.328 é referente ao contrato 12/2020, decorrente do Pregão 05/2020, vigente até 14/07/2022.
- iv. **Contratado D: 00.323.090/0001-51 – SOLL SERVIÇOS, OBRAS E LOCAÇÕES LTDA** – refere-se ao serviço de limpeza, asseio e conservação de jardinagem e auxiliar de serviços gerais, com saldo aberto de R\$ 2.930.313 é referente ao contrato 28/2019 com contrato vigente até 13/12/2021.
- v. **Contratado E: 07.047.251/0001-70 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ** – refere-se à contratação de empresa especializada no fornecimento de energia elétrica nos *campi* do Ceará. O saldo em aberto de R\$ 2.864.654 é referente aos contratos:
 - o 12/2017, decorrente da Dispensa 04/2017, vigente até 17/03/2022;
 - o 13/2017, decorrente da Dispensa 02/2017, vigente até 02/04/2022.

As demais obrigações contratuais representam 43,06% do total a executar, mas não merecem destaque por serem irrisórias, se comparados individualmente.

6.4. NE 04 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis da DVP

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração e apresentação da Demonstração das Variações Patrimoniais da UNILAB, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

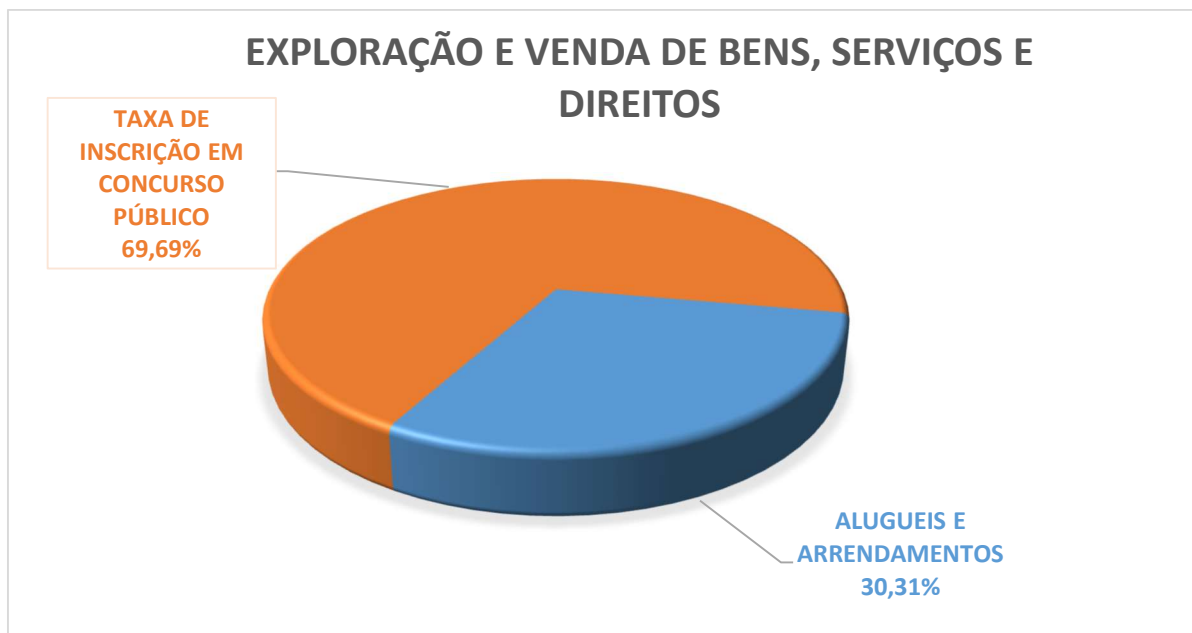
(a) Exploração e venda de bens, serviços e direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.



Esses valores são referentes ao valor arrecadado à taxa de inscrição de concurso, à locação do espaço do Restaurante Universitário (RU), das cantinas e das reprografias e com a taxa cobrada pela 2ª via do cartão do RU (serviços administrativos).

Gráfico 03 – VPA Exploração e venda de bens, serviços e direitos



(b) Transferências e delegações recebidas e concedidas

As transferências e delegações recebidas, oriundas principalmente de transferências intergovernamentais, são fruto da programação financeira do exercício e para pagamento de despesas do exercício corrente, bem como de restos a pagar, variando de um ano para outro a depender da LOA e dos limites definidos em decreto para programação financeira bem como

É o grupo com a maior representatividade de VPA em relação ao total das Variações Patrimoniais Aumentativas, apresentando um aumento de 11,09% em relação ao exercício de 2020.

Em relação às transferências e delegações concedidas, são sub-repasses concedidos à unidade gestora 158634 (Campus dos Malês), que realiza execução orçamentária e financeira. Observa-se que houve um aumento considerável de 187,31% em relação ao exercício de 2020, por conta principalmente, do repasse financeiro para atender ao TED 8939 para as ações do plano de trabalho anual simplificado proces SEI: 23282.010932/2021-80.

(c) Pessoal e encargos e Benefícios previdenciários e assistenciais



Houve um aumento de 6,82% no grupo Pessoal e Encargos, se comparado ao exercício de 2020. Esse aumento pode ser explicado pela progressão por mérito ou capacitação dos servidores, ou seja, pelo aumento dos valores nas contas de remuneração a pessoal e de encargos patronais.

(d) Uso de bens, serviços e consumo

Em relação ao exercício de 2020, houve um aumento de 9,86% nesse grupo, devido principalmente ao acréscimo do subgrupo 'Uso de material de consumo', que compõem valores com material de almoxarifado utilizados na UNILAB; bem como do subgrupo 'Serviços' que são os valores com serviços de terceiros de PF e PJ, tais como água e esgoto, energia elétrica, telefonia e internet, correios e telégrafos, locação de bens móveis, fornecimento de alimentação, contratos de terceirização para substituição de mão-de-obra, manutenção de ativos, diárias, entre outros. Esse aumento está associado ao retorno de alguns servidores ao trabalho presencial e ao retorno de algumas aulas presenciais, ocasionada pela vacinação e diminuição da pandemia do COVID-19.

6.5. NE 05 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis da BO

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração e apresentação do Balanço Orçamentário da UNILAB, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

(a) Receita orçamentária realizada

Houve uma frustração de arrecadação na receita patrimonial 50.456,15 e na receita de serviços no valor de R\$ 259.555,00 já nas Outras Receitas Correntes houve um excesso de arrecadação de R\$ 10.647,29 visto que este valor se refere as multas administrativas e contratuais, que não puderam ser previstos. Pontuamos que os valores não foram realizados de forma considerável, pois a previsão foi superior à realizada, muito por conta da pandemia, que impactou este resultado.

Despesa orçamentária executada

Em relação a dotação atualizada, pode-se verificar que o subgrupo Outras Despesas Correntes é o mais executado (empenhado), com 81,93%, seguido do subgrupo Pessoal e Encargos Sociais, com execução de 73,26%. O subgrupo Investimentos é o menos realizado com apenas 16,16% do total do grupo.

(b) Restos a pagar



Conforme disposto no artigo 67 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar não processados se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto os processados dizem respeito às que foram empenhadas e liquidadas até esta data, mas que ainda não foram pagas.

Os quadros a seguir contemplam o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e vigentes no exercício de 2021, os respectivos valores liquidados, pagos e cancelados, bem como o saldo a pagar apurado no dia 30/09/2021, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados, as quais contêm a mesma estrutura de informação.

Quadro 23 – Restos a Pagar Não Processados

Ano de Emissão NE	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	INSCRITOS	REINSCRITO	CANCELADOS	LIQUIDADOS	PAGOS	A PAGAR
2019		1.797.662	104.502	1.693.160	1.486.660	206.499
2020	12.835.726		144.678	11.283.730	11.052.674	1.638.374
Total	12.835.726	1.797.662	249.180	12.976.890	12.539.334	1.844.874

Mediante análise do quadro acima, que se refere a Restos a Pagar Não Processados, observa-se que a Universidade inscreveu restos a pagar não processados no montante total de R\$ 14.633.388 que correspondem aos valores licitados de obras, aquisições de material de consumo e permanente que não foi possível receber dos fornecedores ainda nos anos anteriores, bem como os valores referentes aos contratos de prestação de serviços a serem liquidados a partir do próximo trimestre.

Do montante, foram cancelados aproximadamente até o final do exercício de 2021 o valor de R\$ 249.180,00 o que representa valores não mais devidos. Os valores liquidados de Restos a Pagar Não Processados, até o final do exercício de 2021 foi de aproximadamente R\$ 12.976.890,00 restando um saldo a pagar em 31/12/2021 de R\$ 1.844.874,00 aproximadamente.

Quadro 24 – Restos a Pagar Processados

Ano de Emissão NE	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2013		17.819	17.819		0
2017		2.510			2.510
2018		1.301			1.301
2019	176.327			176.327	0
2020	9.036.140			9.036.140	0
Total	9.212.467	21.630	17.819	9.212.467	3.811



Da análise do quadro acima, constata-se que os Restos a Pagar Processados, em 31/12/2021 acumulam R\$9.234.097, restando um saldo a pagar em 31/12/2021 de R \$3.811.

Essa inscrição de restos a pagar processados em exercícios anteriores deve-se principalmente ao valor da folha de pagamento de dezembro de 2020, que devido à alteração de procedimento no momento do pagamento fez com que, em dezembro, fosse gerado uma ordem de pagamento e, em janeiro de 2021, fosse gerada a ordem bancária e, com isto, houve a inscrição automática da folha de pagamento de dezembro de 2020.

Os valores que ainda permanecem sem pagamento em Restos a Pagar Processados são por diversas situações: empresa não cadastrada no SICAF, empresa não enviou os dados bancários para pagamento.

(c) Despesas Executadas em ações de enfrentamento ao COVID-19

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública em 20 de março de 2020, editando Decreto Legislativo nº 06. Por sua vez, já em 18 de março, a UNILAB, ciente da gravidade da situação adotou medidas preventivas em relação ao quadro de servidores, agindo tempestivamente na transferência de todo o corpo funcional para as atividades em *home office*. A Universidade continua a atuar de forma tempestiva e proativa para apoiar o governo no enfrentamento ao COVID-19.

Em relação a execução orçamentária, cabe destacar que a UNILAB recebeu créditos extraordinários advindos da Medida Provisória nº 942, de 02 de abril de 2020, para desenvolvimento de ações no enfrentamento da pandemia na compra de máscaras, produção de álcool gel (70%), compra de materiais de proteção, kit de testes para detectar o coronavírus, aparelhos para medição de temperatura, entre outros.

Foi constatado que as despesas empenhadas em 2020, foram liquidadas e pagas até o terceiro trimestre de 2021, não restando nada a pagar em 31/12/2021.

6.6. NE 06 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis do BF

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração e apresentação do Balanço Financeiro da UNILAB, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.



(a) Receita e despesa orçamentária realizada

As receitas e despesas orçamentárias realizadas já foram detalhadas na Notas 6.5, em que trata do Balanço Orçamentário.

Recebimentos extraorçamentários

O parágrafo único do artigo 103 da Lei 4.320/64 determina que a inscrição de Restos a Pagar do exercício sejam computadas na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

6.7. NE 07 – Resumo dos principais critérios e políticas contábeis da DFC

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados na elaboração e apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa da UNILAB, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo PCASP.

(a) Geração líquida de caixa

A geração ou consumo líquido de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, obtido pela diferença entre o saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte e o saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior, que corresponde ao fluxo líquido de recursos durante o período.

Na UNILAB, no exercício de 2021, esse valor foi positivo em R\$ 850.686,20, em função do item Caixa e Equivalentes de Caixa Final ter sido superior ao Saldo Inicial em um percentual de 11,28% se comparado com o período de 2020.

Quadro 26 – Resumo dos fluxos da DFC

	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.739.746,37	5.859.393,94
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.889.060,17	-6.664.602,10
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	850.686,20	-805.208,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.542.049,39	8.347.257,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.392.735,59	7.542.049,39



Ministério da Educação – MEC
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB
Pro-reitoria de Administração - PROAD
Coordenação Financeira - COFIN
Divisão de Contabilidade – DICON